

Três conceitos de história atlântica¹

Three concepts of Atlantic History

David Armitage²
armitage@fas.harvard.edu

Resumo: O presente artigo faz parte de uma coletânea que selecionou temas-chave da história atlântica britânica e seu desenvolvimento ao longo de três séculos. O artigo de David Armitage busca definir os traços gerais do que é a história atlântica como campo de conhecimento histórico, seus possíveis recortes temporais e o surgimento e desenvolvimento dos trabalhos que usam a história atlântica como *approach*. Armitage vai mais além e propõe três conceitos espacial e temporalmente diferenciados: a história cis-atlântica, a história circum-atlântica e a história trans-atlântica. Trata-se, deste modo, de um trabalho fundamental para a divulgação da história atlântica como campo de conhecimento particularmente útil para o estudo da história americana colonial, uma vez que permite ao investigador perceber de maneira mais abrangente a fluidez e os movimentos de pessoas, mercadorias e ideias no período moderno.

Palavras-chave: história atlântica, história colonial, campo de estudo.

Abstract: The present essay is part of a collection of works which selected key themes related to the British Atlantic history and its development throughout three centuries. David Armitage defines a general framework for Atlantic history as a historical field, its possible temporal frames and the development of investigations using the Atlantic approach. Armitage pushes further and proposes three different spatial and temporal concepts: Cis-Atlantic history, Circum-Atlantic history and Trans-Atlantic history. It is, therefore, an essential work for the understanding of American colonial history, as it allows the investigator to broadly perceive the fluidity and movement of people, goods and ideas in the modern world.

Keywords: Atlantic history, colonial history, investigation field.

¹ Texto traduzido por Juliana Jardim de Oliveira, doutoranda em História pela Universidade Federal de Ouro Preto. E-mail: jujardim84@gmail.com. A tradutora agradece a leitura generosa da primeira versão realizada pelo professor David Armitage, do Departamento de História da Universidade de Harvard, que gentilmente nos permitiu realizar esta tradução em português, e a revisão e incentivo do professor Luiz Estevam de Oliveira Fernandes, da Universidade Federal de Ouro Preto (N. da T.). Agradecemos também a Editora Palgrave pela cessão dos direitos de publicação. Editado por David Armitage e Michael J. Braddick, *The British Atlantic World, 1500-1800*, publicado em 2002 e reproduzido com autorização da Palgrave Macmillan. Edited by David Armitage and Michael J. Braddick, *The British Atlantic World, 1500-1800*, published in 2002 and reproduced with permission of Palgrave Macmillan.

² Mestre e Doutor em História, Professor da cadeira Lloyd C. Blankfein de História e membro do Departamento de História da Universidade de Harvard, onde leciona história intelectual e história internacional. Professor Afiliado do Departamento de Governo de Harvard, Docente Filiado na Harvard Law School e Professor Honorário de História da Universidade de Sydney.

Somos todos atlanticistas agora – ou assim parece ser diante da explosão do interesse pelo Atlântico e pelo mundo atlântico como objeto de estudos entre historiadores da América do Sul e do Norte, do Caribe, da África e da Europa ocidental. O Atlântico começa inclusive a moldar estudos de literatura, economia e sociologia sobre tópicos tão diversos quanto performance teatral, a história da primeira globalização e a sociologia de raça. Contudo, nenhum campo parece ter levado o Atlântico mais a sério e com mais entusiasmo do que a história. De fato, a história atlântica foi considerada “um dos desenvolvimentos historiográficos

mais importantes dos últimos anos” (Elliott, 1998, p. 19). A história atlântica influencia o ensino de história em todos os níveis, especialmente nos Estados Unidos. Atualmente possui suas próprias conferências, seminários e programas de pós-graduação; prêmios estão sendo distribuídos para os melhores livros escritos; e os primeiros manuais começam a ser planejados. Este pode ser, portanto, um bom momento para se questionar justamente sobre o que é a história atlântica e para onde ela caminha, antes que esta se torne entrincheirada e inflexível.

A atração pela história atlântica reside em parte, na natureza: afinal, não é um oceano um fato natural? O Atlântico parece ser uma das poucas categorias históricas que possui uma geografia interna, diferentemente das histórias produzidas sobre os Estados nacionais, com suas fronteiras mutáveis e suas sobreposições imperfeitas entre lealdades políticas e fronteiras geográficas. A história atlântica também parece ter uma cronologia razoavelmente clara, que se inicia com a primeira travessia de Colombo em 1492 (ainda que, claro, ele tenha morrido sem conhecer as implicações de suas descobertas) e termina, convencionalmente, com a era das revoluções no final do século XVIII e início do século XIX. Existe, portanto, um *pedigree* diferenciado que identifica a história atlântica à “primeira”³ modernidade, anterior ao início da industrialização, da democracia de massa, do Estado-nação e de todas as clássicas definições de uma modernidade plena, uma condição cujas origens tanto Adam Smith quanto Karl Marx associaram às viagens europeias de descobertas e, especialmente, ao ano de 1492 (Smith, 1976 [1776], p. 448; Marx e Engels, 1998, p. 35).

A geografia do Atlântico deve ser considerada flexível, uma vez que “oceanos” são tão míticos quanto os continentes (Lewis e Wigen, 1997). O Atlântico foi uma invenção europeia. Foi o produto de sucessivas ondas de navegação, exploração, colonização, administração e imaginação. O Atlântico não apareceu prontamente formado na consciência europeia, como também não o foi a “América”, apesar de certamente ser encontrado em mapas – e, portanto, na mentalidade – dois séculos antes da consciência dos contornos e da extensão total da América o ser. O Atlântico foi uma invenção europeia não apenas porque os europeus foram seus ocupantes exclusivos, mas porque foram também os primeiros a conectar os seus quatro lados em uma única entidade, formando, ao mesmo tempo, um sistema e uma representação de um atributo natural singular. Os limites precisos do oceano eram, claro, fluidos: o lugar exato onde ele terminava era menos claro do que aquilo que ele tocava e o que conectava, na medida

em que “o Oceano” era concebido como um único corpo de água que circulava, e não como sete mares diferentes (Lewis, 1999, p. 188-214). A cronologia da história atlântica também deve ser considerada fluida. Determinada abordagem atlântica já abriu estradas na história dos séculos XIX e XX adentro, ao menos desde que Daniel Walker Howe, em sua aula inaugural de 1993 em Oxford, clamou por uma agenda estendida no sentido de colocar a história norte-americana em seu contexto atlântico; e, por exemplo, na história conectada de Daniel Rodgers sobre política social na Europa e nos Estados Unidos no início do século XX, *Atlantic Crossings: Social Politics in a Progressive Age* (1998); ou no estudo feito por Kevin O’Rourke e Jeffrey Williamson sobre a globalização no mundo atlântico (Howe, 1993; Rodgers, 1998; O’Rourke e Williamson, 1999) do século XIX.

O fato de que essas questões fundamentais sobre a geografia e a cronologia da história atlântica possam sequer ser levantadas é sinal de que há, atualmente, uma saudável autoconsciência do objeto de estudo. Até muito recentemente, contudo, a história atlântica era intermitente e pouco examinada como um objeto de estudo. Existiram historiadores do Atlântico desde, pelo menos, o final do século XIX, assim como, sabidamente, também já existiam histórias atlânticas. Mas foi apenas na última década, aproximadamente, que a história atlântica surgiu como um subcampo distinto, ou mesmo como uma subdisciplina, dentro da profissão histórica. Apenas agora, um amplo grupo de historiadores e outros acadêmicos parecem ter feito de seu atlanticismo um fetiche.

E.P. Thompson certa vez afirmou que, sempre que conhecia um novo deus, ele sentia desejo de blasfemar. Muitos se sentiram da mesma maneira em relação à história atlântica e sua recente ascensão à proeminência. Seria a história atlântica capaz de revelar novos problemas ou ajudar os historiadores a se fazerem questionamentos melhores do que as tradicionais áreas de investigação, como as centradas em determinados Estados nacionais, como o Reino Unido ou os Estados Unidos? Podem os historiadores ter esperanças de serem capazes de dizer qualquer coisa substancial sobre uma história que, em sua forma mais expansiva, conecta quatro continentes ao longo de cinco séculos? E, deste modo, não é a história atlântica um modo mais aceitável de estudar a história dos impérios marítimos espanhol, português, britânico holandês? Resumindo, o que torna a história atlântica um novo método para entender problemas genuínos, e não simplesmente uma licença para a superficialidade ou uma apologia do imperialismo?

³ A expressão “primeira modernidade” aparece como a tradução para o período inicial da modernidade, séculos XV e XVI. “*Early modernity*” é a expressão utilizada no inglês (N. da T.).

Se a blasfêmia é uma das respostas ao crescimento da história atlântica, é improvável que consiga responder satisfatoriamente a essas importantes questões. Abordagens mais proveitosas podem ser encontradas na genealogia – na história da história atlântica – e na anatomia – nas formas que a história atlântica tem assumido e ainda pode assumir. No primeiro caso, Bernard Bailyn propôs recentemente uma genealogia da história atlântica que traça sua origem nas correntes anti-isolacionistas da história norte-americana no século XX (Bailyn, 1996, p. 19-44). A linhagem particular de engajamento internacional que teria dado à luz a história atlântica teve suas raízes na Primeira Guerra Mundial e floresceu mais vigorosamente durante e após a Segunda Guerra Mundial. Jornalistas anti-isolacionistas como Walter Lippmann e Forrest Davis encontraram causas comuns com os historiadores, muitos deles católicos, primeiro na luta contra o fascismo na Europa, e em seguida na luta inicial contra o comunismo na Guerra Fria. Para reunir seus aliados ideológicos, eles propuseram a ideia de que havia existido, pelo menos desde o Iluminismo, uma “civilização” comum no mundo do Atlântico Norte que ligava as sociedades norte-americanas (especialmente, claro, os Estados Unidos) à Europa por meio de um conjunto comum de valores pluralistas, democráticos e liberais. Este conjunto de valores teria sua própria genealogia, mais profunda, fundada em uma herança religiosa comum que passou a ser chamada, pela primeira vez e nos mesmos círculos nos Estados Unidos dos anos 1940, de “judaico-cristã” (Silk, 1984, p. 65-85). Assim, quando, por exemplo, o historiador Carlton J.H. Hayes proferiu seu discurso de posse na presidência da *American Historical Association*, em 1945, com o questionamento: “*The American Frontier – Frontier of What?*”⁴, a resposta que ele deu foi bastante simples e muito ligada a seu próprio tempo: “da tradição greco-romana e judaico-cristã” (Hayes, 1946, p. 215). Dentro desse contexto, o Atlântico se tornou “o oceano interior da civilização ocidental”, como se fosse o Mediterrâneo do império americano no pós-guerra. As histórias atlânticas produzidas no imediato pós-guerra – por exemplo, aquelas escritas por Jacques Godechot (*Histoire de l’Atlantique* [1947]), Michael Kraus (*The Atlantic Civilization: Eighteenth-Century Origins* [1949]) e R.R. Palmer (*The Age of the Democratic Revolution* [1959-1963]) – subestimaram a centralidade do Atlântico para tal concepção de civilização (Godechot, 1947; Kraus, 1949; Godechot e Palmer, 1955,

p. 173-239; Palmer, 1959-1963). Esta ideia de civilização ocidental devia, portanto, mais à OTAN do que a Platão.

A história do comércio de escravos e da escravidão, e a história da África e dos africanos, e, de forma mais geral, das raças tiveram pouco ou nenhum papel nessa corrente da história atlântica. Esta versão da “civilização ocidental” era a história do Atlântico Norte, e não do Atlântico Sul, a história anglo-americana mais do que latino-americana, e a das conexões entre a América e a Europa mais do que daquelas entre as Américas e a África. Tratava-se de uma história racialmente, ou etnicamente, homogênea. A revolução em São Domingos – a maior e mais bem sucedida revolta de escravos no hemisfério ocidental, e evento culminante no ciclo de revoluções que havia sacudido o mundo atlântico desde 1776 – não foi um evento pertencente a essa versão da história atlântica e, portanto, não apareceu na obra de Palmer, *Age of the Democratic Revolution*. Tampouco aqueles que escreviam a história do Atlântico negro foram reconhecidos como participantes de um empreendimento historiográfico comum. Du Bois, James e Williams, para tomar os três exemplos mais proeminentes, estudaram temas que eram óbvia e conscientemente atlânticos dentro do seu escopo – as dinâmicas do tráfico de escravos e da abolição, a relação entre escravismo e industrialismo, a própria revolução haitiana – por mais de 60 anos antes que os destinos da história atlântica fossem ligados ao surgimento da OTAN (Du Bois, 1896; James, 1938; Williams, 1944). A contribuição de décadas destes autores ao campo fornece uma genealogia mais longa, mais multiétnica e mais genuinamente internacional do que a esposada pela maioria dos proponentes do Atlântico branco que, como muitos outros genealogistas, ignoraram esses ancestrais inconvenientes ou incompatíveis.

De um tempo para cá, a história atlântica tem se tornado mais multicolorida. O próprio Atlântico branco se tornou um campo de estudo autoconsciente mais do que um modelo definidor para todas as outras histórias atlânticas (Grazia, s.d.)⁵. O Atlântico negro da diáspora africana se juntou ao Atlântico verde da dispersão política e demográfica irlandesa (Whelan, 1993). Existe hoje até mesmo um Atlântico vermelho, escrito a partir do marxismo, que descreve a formação de uma classe trabalhadora multinacional, multiétnica e multicultural no mundo atlântico inglês, formando uma “hidra de muitas cabeças” aos olhos de seus senhores (Linebaugh e Rediker, 2000; Armitage, 2001, p. 479-486). Isto pouco tem em comum

⁴ “A fronteira americana – fronteira de quê?” é uma referência à tese da fronteira de Frederick Jackson Turner, que, entre o final do século XIX e até aproximadamente a década de 1930, tornou-se uma importante chave explicativa para a história dos Estados Unidos, ao afirmar a particularidade do processo de formação nacional norte-americano a partir da expansão de sua fronteira, para o Oeste, mas também para o Norte e Sul. A tese de Turner colocou o movimento de avanço territorial como algo inerente à formação individual do norte-americano e também de sua nação. A partir da década de 1930, principalmente após a crise de 1929, o modelo de desenvolvimento norte-americano foi colocado em xeque e, com ele, também o que havia se tornado o seu modelo explicativo. Nesse caso, Carlton Hayes alargava a fronteira do interior dos EUA, entendendo-a a partir de uma tradição formativa maior, ou seja, clássica e judaico-cristã (N. da T.).

⁵ Texto inédito.

com as tradicionais histórias políticas do Atlântico branco e muito com os estudos culturais do Atlântico negro, especialmente o trabalho de Paul Gilroy, que, em *The Black Atlantic*⁶ (1993), considera o Atlântico como o cadinho de uma modernidade definida pela agitação e dispersão, pela mobilidade de massa e pelo hibridismo cultural (Gilroy, 1993). A história atlântica não está mais disponível em nenhuma cor, por todo o tempo que foi branca.

O método genealógico para a história atlântica expõe um Atlântico branco com raízes na Guerra Fria, um Atlântico negro com origens no pós-Guerra Civil americana nos Estados Unidos, e um Atlântico vermelho que remonta ao cosmopolitismo de Marx. Seus ancestrais radicalmente diferentes podem, eles mesmos, ter impedido algum tipo de reconciliação entre essas diferentes linhagens de história atlântica até o advento de uma era supostamente pós-ideológica – isto é, tanto pós-Guerra Fria quanto pós-imperial. A emergência de histórias atlânticas multicoloridas, e de histórias do mundo atlântico que englobem mais do que o Atlântico norte anglófono, testemunha o sucesso de uma fertilização cruzada.

Partindo desse sucesso, eu gostaria agora de me concentrar na anatomia da história atlântica para propor uma tipologia tripla de história atlântica. Como toda boa tricotomia, esta deve ser exaustiva, mas não exclusiva: deve cobrir todas as formas concebíveis de história atlântica, mas não esquecer que elas podem se combinar. Então, tendo isto em mente, deixem-me sugerir esses três conceitos de história atlântica:

- (1) História *circum*-atlântica – a história transnacional do mundo atlântico.
- (2) História *trans*-atlântica – a história internacional do mundo atlântico.
- (3) História *cis*-atlântica – a história nacional ou regional dentro de um contexto atlântico.

Meu objetivo nas páginas que se seguem é descrever cada abordagem para mostrar sua utilidade e sugerir sua relação com as outras duas formas. Darei atenção particular ao terceiro conceito, a história *cis*-atlântica – tanto porque ele demanda maior atenção, quanto porque pode se provar o mais útil como um meio de integrar histórias nacionais, regionais ou locais em perspectivas mais amplas sustentadas pela história atlântica. Também questionarei, a título de conclusão, quais são as limitações da história atlântica, como exemplo de história oceânica e também como um modo de questionamento histórico em voga no mundo de língua inglesa.

História *circum*-atlântica

A história *circum*-atlântica é a história atlântica como uma zona particular de trocas e intercâmbios, circulação e transmissão. É, portanto, a história de um oceano como uma arena distinta de qualquer uma das zonas oceânicas particulares e mais estreitas que a compõem. Esta área certamente abrange os litorais do Atlântico, mas apenas na medida em que estas margens formam parte de uma história oceânica maior, mais do que um conjunto de histórias nacionais e regionais específicas que desembocam no Atlântico. É a história das pessoas que cruzaram o Atlântico, que viveram em seu litoral e que participaram das comunidades que ele tornou possíveis, de seu comércio e de suas ideias, assim como das doenças que carregavam, da flora que transplantaram e da fauna que transportaram.

A história *circum*-atlântica talvez seja a forma mais autoevidente de se trabalhar a história atlântica. Contudo, dos três conceitos possíveis de história atlântica, é o que foi menos investigado. Foi apenas na última década que este conceito de história Atlântica ganhou renome em um brilhante trabalho sobre estudos de performance teatral feito pelo historiador de teatro Joseph Roach, intitulado *Cities of the Dead: Circum-Atlantic Performance* (1996). “O mundo *circum*-atlântico como o que emergiu das economias revolucionárias do final do século XVII”, escreve Roach, “[...] se assemelhava a um vórtice no qual *commodities* e práticas culturais trocavam de mãos muitas vezes”. Desta maneira, “o conceito de um mundo *circum*-atlântico (em oposição a um mundo *trans*-atlântico) insiste na centralidade das histórias de diásporas e de genocídios da África e das Américas, do Norte e do Sul, na criação da cultura da modernidade” (Roach, 1996, p. 9-10).

Esta é a história *circum*-atlântica em dois sentidos: ela incorpora tudo *ao redor* da bacia atlântica, é móvel e conectiva, seguindo os passos das circulações que se fizeram *pelo* mundo atlântico. Havia, claro, muitas zonas menores de trocas ao redor das bordas da bacia atlântica, seja na África ocidental, na Europa ocidental ou ao redor do Caribe, que tinham características semelhantes. Tais sistemas menores existiram dentro de culturas marítimas mais limitadas que haviam desenvolvido, milhares de anos antes das viagens de Colombo, suas próprias identidades e interdependência. A grande realização europeia foi ligar essas subzonas em um único sistema atlântico. Dentro desse sistema havia uma contínua interação entre as sociedades que os migrantes haviam deixado e aquelas que eles criaram conjuntamente do outro lado do Atlântico:

⁶ Versão em português: GILROY, P. 2001. *O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência*. São Paulo, Rio de Janeiro, 34/Universidade Cândido Mendes – Centro de Estudos Afro-Asiáticos (N. da T.).

é justamente essa realização que nos permite afirmar que o Atlântico foi uma invenção europeia, ao mesmo tempo em que reconhecemos a contribuição de povos não europeus a esse desenvolvimento. Em contraste, as subzonas do Oceano Índico tinham sido integradas muito antes da chegada dos portugueses ou de outros europeus (Pearson, 1987, p. 9-10). Houve quem dissesse que a história do mundo atlântico na primeira modernidade foi “uma espécie de precursor da globalização na virada do século XXI” (Eltis, 1999, p. 142; O’Rourke, 2000). No entanto, essa visão negligencia a integração precoce que ocorreu no Oceano Índico, sem mencionar a que ocorreu no Mediterrâneo.

A maioria das histórias circum-atlânticas têm seguido o modelo do “Atlântico branco” e enfatizaram a integração em detrimento da circulação. Histórias circum-atlânticas alternativas que foram inspiradas pela história do Atlântico negro têm destacado a mobilidade em detrimento da estabilidade e, como resultado, têm se mostrado menos teleológicas (*whiggish*). Nas palavras de Paul Gilroy, o Atlântico foi um crisol de “criolização, miscigenação, mestiçagem e hibridismo”; desse crisol de identidades teria emergido o que Roach chamou de uma “intercultural [...] ao longo da orla atlântica” (Gilroy, 1993, p. 2; Roach, 1996, p. 5). Este interesse na cultura e na identidade em detrimento do comércio ou da política, tem direcionado a atenção à fluidez do processo de intercâmbio em si, em vez de se concentrar nos resultados desse processo. Assim, estamos cada vez menos impelidos a escrever a história atlântica dentro de narrativas lineares, sejam as da modernização ou as da globalização.

A história circum-atlântica é a história transnacional. Sua cronologia convencional começa justamente no período associado ao surgimento do Estado, ou seja, no final do século XV e início do século XVI, e termina pouco antes da época dos Estados nacionais, em meados do século XIX. Impérios e monarquias compósitas, e não Estados, foram as unidades políticas características dessa era (Elliot, 1992, p. 48-71)⁸. A história do mundo atlântico tem sido contada muitas vezes como a soma das histórias desses impérios, mas tal história teria necessariamente que englobar apenas uma perspectiva europeia sobre o sistema atlântico. Uma verdadeira história circum-atlântica elude a história dos Estados nacionais cronologicamente; ultrapassando geograficamente as

fronteiras dos impérios, como aqueles lingotes de prata que foram levados do império espanhol americano para a China, criando uma ligação entre o mundo atlântico e o comércio asiático que foi identificada como o ponto inicial para uma economia verdadeiramente global no século XVI (Flynn e Giráldez, 1995, p. 201-221).

Por ser a história de uma região, de seus produtos e de seus habitantes, a história circum-atlântica é, portanto, um exemplo clássico de uma história oceânica transnacional: clássico, mas não definidor, porque, diferentemente do Mediterrâneo desenhado por Braudel, ela não conforma uma unidade identificável climática e geograficamente. Como o próprio Braudel observou, “o Atlântico, que se estende de polo a polo, reflete as cores de todos os climas da Terra” (Braudel, 1973, p. 231). Ele é, portanto, por demais diversificado na variedade de zonas climáticas que abrange – do Ártico aos Cabos, e das regiões costeiras da Europa ocidental ao arquipélago caribenho – para que o determinismo geográfico tenha qualquer poder explicativo (Bailyn, 1996, p. 19-44; Canny, 1999, p. 1106-1107). O Atlântico se assemelha ao Oceano Índico por essa variedade, bem como pelas ligações culturais e econômicas forjadas em seu interior, mas se diferencia na medida em que essas ligações precederam de longa data a intervenção europeia. E, se o Oceano Índico foi precoce nesse sentido, o Pacífico permaneceu atrasado, quando comparado aos parâmetros atlânticos. O Pacífico também contou com subzonas de expansão que haviam sido criadas pelas culturas marítimas polinésias milhares de anos antes da entrada dos europeus, mas ele também foi, em última análise, uma criação europeia, no sentido de que foram os europeus que o conceberam como um todo; também foram os europeus que primeiramente o distinguiram de seu vizinho e tributário, o Atlântico.

Ainda assim, apesar de todas essas diferenças significativas, as histórias oceânicas do Mediterrâneo, do Oceano Índico, do Atlântico e do Pacífico compartilham uma característica definidora importante: como histórias *especificamente* oceânicas (para além de histórias marítimas ou imperiais, por exemplo) elas agregam a terra e o mar em uma relação “simbiótica, mas assimétrica”: ou seja, em que os dois são interdependentes, e ainda que a história do oceano predomine, ele não é o único objeto de estudo, como seria numa história estritamente marítima (Pearson, 1987, p. 5). As histórias nacionais de Estados territoriais ou as de impérios tornam-se apenas parte dessa história na

⁷ O termo “*Whiggish*”, uma adjetivação referente ao termo “*Whig*”, palavra utilizada para denominar os partidos e os políticos conservadores, tanto no âmbito da política inglesa quanto da norte-americana, refere-se aqui não à política partidária, mas à chamada “interpretação Whig da História”. O termo ficou conhecido pela forma como Herbert Butterfield o utilizou: para designar uma ou qualquer interpretação histórica que interpreta o passado apenas como um caminho para o que é percebido e admirado no presente. Um exemplo para Butterfield foi a maneira como os historiadores britânicos “whig” teriam interpretado a história britânica no século XIX como o longo desenrolar da liberdade e da democracia parlamentar. O historiador Whig estuda o passado com referência no presente e, nessa busca pela origem e causas, ele pode facilmente selecionar os fatos que apoiam a sua tese, eliminando, assim, fatos igualmente importantes para o quadro geral. Estaria também pautado nas ideias de progresso, desenvolvimento e democracia como valores universais. Alguns conteúdos a respeito estão disponíveis em: <http://www.historians.org/publications-and-directories/perspectives-on-history/september-2012/two-cheers-for-the-whig-interpretation-of-history> (N. da T.).

⁸ Comparar com o artigo de Elizabeth Mancke, no presente livro.

medida em que o oceano cria conexões de longa distância entre eles. Como todas as histórias oceânicas, portanto, a história circum-atlântica é *transnacional*, mas não *internacional*. Esta é, por sua vez, o domínio do que pode ser chamado de história “trans-atlântica”.

História *trans*-atlântica

A história trans-atlântica é a história do mundo Atlântico contada através de comparações. A história circum-atlântica torna a história trans-atlântica possível. O sistema de circulação do Atlântico criou ligações entre regiões e pessoas antes separadas. Isto permitiu aos historiadores trans-atlânticos delinear comparações significativas – e não meramente arbitrárias – entre histórias que seriam, de outro modo, distintas. Diferentemente das relações “simbióticas, mas assimétricas” entre terra e mar traçadas pela história Atlântica como uma história oceânica, a história trans-atlântica se concentra na região costeira do oceano e admite a existência de nações e Estados, bem como de sociedades e formações econômicas (como plantações e cidades) ao redor do litoral atlântico. A história trans-atlântica pode trazer comparações significativas entre essas diferentes unidades porque estas já compartilham características comuns, uma vez que estão entrelaçadas em relações circum-atlânticas. A história atlântica comum dessas unidades define, mas não determina, a natureza das conexões entre entidades diversas; esta pode ser excluída da comparação como uma variável comum, mas pode tornar-se ela mesma objeto de estudo dentro de uma história especificamente circum-atlântica.

A história trans-atlântica pode ser chamada de história internacional por duas razões. A primeira razão é etimológica e contextual; a segunda, comparativa e conceitual. Ambos os termos – “trans-atlântico” e “internacional” – foram inseridos na língua inglesa durante a guerra de independência norte-americana. Os primeiros usos do termo “trans-atlântico” podem ser encontrados na Inglaterra entre 1779–1781. Os primeiros ingleses a usarem o termo, como Richard Watson (Bispo de Llandaff) e o historiador Charles Henry Arnold, de modo geral utilizaram-no em um sentido mais preciso do que o empregado aqui, ou, de fato, mais preciso do que seu sentido convencionalmente utilizado nos dias de hoje, ou seja: “através e do outro lado do Atlântico”, como os “irmãos transatlânticos bretões” na América do Norte, ou na presente “guerra trans-atlântica” travada na e pela América britânica. Apenas John Wilkes utilizou o termo em seu sentido moderno, quando se refe-

ria a uma “viagem trans-atlântica” (Wilkes, 1805 [1779], p. 212; Watson, 1780, p. 15; Arnold, 1781)⁹.

O termo “internacional” emergiu exatamente no mesmo momento, mas em um contexto ligeiramente diferente, nos escritos jurídicos de Jeremy Bentham. Em sua obra *Introduction to the Principles of Morals and Legislation* (1996 [1780-1789]), Bentham buscou definir um segmento particular da lei que, ainda hoje não possui definição clara em inglês. Tratava-se das leis entre Estados como agentes soberanos, em termos distintos ao que havia sido tradicionalmente chamado de “lei das nações” ou uma lei que se aplicava a todas as pessoas como membros de grandes sociedades políticas ou étnicas. “A palavra ‘*internacional*’ [...] é nova”, escreveu Bentham. “Ela é calculada para expressar, em mais de uma maneira significativa, o ramo do direito que é comumente denominado como *lei das nações*” (Bentham, 1996 [1780-1789], p. 6-296). O contexto era diferente apenas no sentido de que Bentham endereçou o seu neologismo a colegas advogados, em um trabalho escrito em 1780, publicado somente em 1789. Entretanto, era parecido no sentido de que Bentham havia se tornado um observador interessado e, de fato, profundamente engajado na guerra americana¹⁰, sendo também coautor da única resposta formal à Declaração de Independência feita pelo governo britânico em 1776 (Bentham, 1776, p. 119-132; Armitage, 2002, p. 39-54).

No entanto, há mais elementos do que essa origem comum no contexto na guerra americana que identificam a história trans-atlântica com a história internacional. Assim como a história internacional pode ser considerada como a história das relações entre nações (ou, na realidade, Estados) dentro de um sistema político e econômico maior, também a história trans-atlântica une Estados, nações e regiões dentro de um sistema oceânico. A história trans-atlântica é especialmente adequada às histórias do mundo atlântico dos séculos XVII e XVIII, quando a formação dos Estados nacionais andava de mãos dadas com a formação dos impérios, criando um processo convergente que podemos chamar de “construção do Estado imperial” (cf. Mancke, 2000). É particularmente útil como uma abordagem para as histórias daqueles Estados atlânticos que tendem mais ao excepcionalismo em sua história, como, por exemplo, o Reino Unido e os Estados Unidos – mas cujos traços comuns podem ser escavados e demonstrados mais claramente dentro de um quadro trans-atlântico de comparação.

A história trans-atlântica como uma história comparada tem sido mais frequentemente conduzida a partir de um eixo norte-sul no mundo atlântico. Portanto, tem sido realizada mais comumente como um exercício

⁹ Agradeço a Eliga Gould por esta referência.

¹⁰ A “guerra americana” refere-se à guerra de independência das 13 colônias, posteriormente Estados Unidos da América (N. da T.).

em história interimperial do que em história internacional. Os primeiros estudos nessa linha, notadamente o ensaio de Tannenbaum de 1946 sobre a escravidão na América espanhola e britânica, e a posterior comparação de Herbert Klein da escravidão ibérica e britânica, bem como o trabalho de J.H. Elliott, ainda em curso e muito mais abrangente, sobre os impérios espanhol e britânico nas Américas, em que compara os impérios ibérico e britânico de acordo com os seus diferentes sistemas de direito, regulação econômica, crenças religiosas ou estrutura institucional (Tannenbaum, 1946; Klein, 1967; Elliott, 1991; Elliott, 1994; Elliott, 1996, p. 365-382). Contudo, o potencial comparativo entre histórias trans-atlânticas ao longo do eixo leste-oeste permanece ainda largamente inexplorado. Nos exemplos em que a empreitada foi levada a cabo, como nos trabalhos de Bernard Bailyn e John Clive, examinando a Escócia e as colônias britânicas na América do Norte como “províncias culturais” da metrópole inglesa, ela tem sido geralmente realizada dentro de um quadro imperial, muitas vezes explicitamente dividido entre centro e periferia (Bailyn e Clive, 1954, p. 200-213; Greene, 1986).

Ainda assim, as unidades de análise poderiam ser maiores e o quadro mais generoso. Tomando o exemplo do Atlântico anglofilo: ainda não há nenhuma comparação sistemática entre o Reino Unido e os Estados Unidos como uniões políticas duradouras do século XVIII. O Reino Unido foi criado pelo Tratado de União de 1707; os Estados Unidos, inicialmente anunciados na Declaração de Independência, estavam unidos pelos Artigos da Confederação e apenas na Constituição de 1788 produziram uma união mais duradoura. Ambos podem ser vistos em retrospecto por terem conjugado a formação do Estado com um nacionalismo fictício: os britânicos o forjaram através de um antagonismo com a França católica (ao longo do século XVII e adentrando o século XIX) (Colley, 1992), os norte-americanos como o resultado, mais do que condição, para a independência e a vitória na guerra (Royster, 1984, p. 25-49; Murrin, 1987, p. 333-348). Ambos definiram a cidadania politicamente mais do que etnicamente, de modo que nenhum dos dois conformaram com a visão primordialista clássica de formação do Estado-nação como a realização política de uma identidade imemorial (Kidd, 1999, p. 261-279). Cada um permanece definido pelas suas origens no século XVIII, e essas definições podem ser traçadas em suas relações trans-atlânticas: a norte-americana, em parte devido às

ligações duradouras com o Reino Unido e o seu esforço para assegurar a independência; a britânica, em parte devido ao impacto da derrota na guerra americana, tendo como consequência a recriação da nação (Gould, 2000, p. 181-214). A esses dois produtos políticos da guerra, podemos somar também a América do Norte britânica, posteriormente Canadá, compondo os três Estados forjados no último quarto do século XVIII, unidos em uma história atlântica comum. Eles podem ser proveitosamente comparados em relação às suas origens, seus caminhos divergentes desde o final do século XVIII e sua história comum dentro do mundo atlântico anglofilo.

A comparação como uma ferramenta histórica pode ser útil para revelar diferenças, mas a sua viabilidade depende de alguma similaridade inicial. Uma história dentro do contexto imperial e uma história de resistência a um império fornecem nítido ponto de comparação entre as repúblicas dos Estados Unidos e da América Latina, apesar de suas divergentes origens institucionais e distintas tradições de religião, governança e relações interétnicas também revelarem diferenças intratáveis (Langley, 1996). Tais comparações podem ajudar a definir mais precisamente as características históricas de segmentos do mundo atlântico, mas apenas dentro do contexto daquela perspectiva trans-atlântica maior. Tal definição mais precisa, levada uma etapa adiante, e fora do contexto comparativo, é o objetivo do terceiro e último conceito de história Atlântica, a história *cis*-atlântica.

História *cis*-atlântica

A história “*cis*-atlântica” estuda lugares particulares como localidades singulares dentro de um mundo Atlântico e busca definir essa singularidade como o resultado da interação entre particularidades locais e uma rede mais ampla de conexões (e comparações). O termo “*cis*-atlântico” pode parecer um neologismo bárbaro, mas como os termos “trans-atlântico” e “internacional”, ele também foi gestado no final do século XVIII. Seu progenitor foi Thomas Jefferson, e o barbarismo se deve não à cunhagem mesma do termo, mas à condição contra a qual Jefferson o fez. O barbarismo, assim como a debilidade e encolhimento, haviam sido imputados à fauna do Novo Mundo por naturalistas europeus, como o Conde de Buffon. Jefferson, em seu *Notes on the State of Virginia* (1982 [1795])¹¹, rebateu as acusações, com uma riqueza

¹¹ *Notas sobre o Estado da Virgínia*, de 1785, é um dos mais clássicos textos de Thomas Jefferson, no qual ele compila importantes achados e informações sobre os recursos naturais e a economia do estado da Virgínia, bem como tece considerações sobre suas ideias e crenças políticas. Ali, Jefferson escreveu também sobre a natureza da boa sociedade, sobre a escravidão e os problemas relativos à miscigenação. É considerado um importante texto também dentro do que se convencionou chamar de “debate sobre o novo mundo”, protagonizado por De Paw e Buffon, e também pelo Abade Raynal, em que a grandiosidade ou a degeneração da natureza americana foi colocada em pauta. O texto está disponível na íntegra em: <http://books.google.com.br/books?id=U000AAAQAAJ&printsec=frontcover&dq=%22Notes+on+the+State+of+Virginia%22&hl=pt-BR&sa=X&ei=UYRyUvZB82HkQeD7YGgBg&ved=0CDEQ6AEwAA#v=onepage&q=%22Notes%20on%20the%20State%20of%20Virginia%22&f=false> (N. da T.).

de informações que utilizou contra o que (de acordo com ele) era mera ignorância e preconceito.

Eu não pretendo negar que existem variações na raça humana, distintas pelos seus poderes de corpo e de mente. Acredito que essas variações existem, como acredito ser o caso nas raças de outros animais. Pretendo apenas sugerir uma dúvida, se as capacidades e faculdades dos animais dependem do lado do Atlântico em que cresce seu alimento, ou que fornece os elementos dos quais eles são constituídos? Se a natureza se alistou como um partidário cis ou trans-atlântico? (Jefferson, 1982 [1785], p. 63).¹²

Jefferson, portanto, utilizou o termo para referir-se a “este lado do Atlântico”, distinguindo-o do mundo trans-atlântico europeu, um significado que foi ampliado politicamente quando disse a James Monroe em 1823 que era interesse dos Estados Unidos jamais sofrer a interferência da Europa em assuntos cis-atlânticos (Jefferson, 1907 [1823], p. 477). Deste modo, o termo foi tanto um marco da diferença quanto uma marca de uma nova perspectiva americana na medida em que foi definido em relação ao Oceano Atlântico.

A história *cis*-atlântica, no sentido mais amplo aqui proposto, é a história de qualquer lugar particular – uma nação, um Estado, uma região e mesmo uma instituição específica – em relação ao mundo atlântico mais vasto. O maior monumento de história *cis*-atlântica provavelmente ainda é o trabalho de oito volumes de Huggette e Pierre Chaunu *Seville et l’Atlantique* (1955-1959), que se expandiu a partir de uma única cidade e abarcou o mundo atlântico inteiro (Chaunu e Chaunu, 1955-1959). Trabalhando quase que de modo reverso, uma história *cis*-atlântica foi levada a cabo, mesmo que não sob essa denominação precisa, por geógrafos historiadores como Meinig e Estyn Evans, ou, mais recentemente, pelo arqueólogo Barry Cunliffe, em seus estudos sobre a “América Atlântica” (Meinig), “Europa Atlântica” (Evans) ou a ampla zona cultural “voltada para o oceano” da Groenlândia às ilhas Canárias (Cunliffe) (Meinig, 1986; Evans, 1996; Cunliffe, 2001). Os trabalhos desses autores integram regiões aparentemente díspares dentro de um contexto atlântico comum em termos geográficos, culturais e políticos. O Oceano Atlântico e a relação comum entre este e as suas regiões fornecem o elo, mas não é, por si só, o objeto de estudo. Este método se aproxima da história *circum*-atlântica, mas se concentra não apenas no oceano em si, e mais na maneira como regiões específicas foram definidas por suas relações com este oceano. Estas

relações ao longo do tempo permitem que acadêmicos como Meinig, Evans e Cunliffe descrevam padrões mais amplos e descendam dessas amplas ligações para o impacto particular das relações atlânticas sobre regiões específicas. Cunliffe, por exemplo, inicia seu trabalho na pré-história e termina pouco antes do início da primeira modernidade; de maneira similar, Meinig abarcou a história de um continente inteiro até o século XX. A metodologia utilizada por eles sugere o que pode ser alcançado pelas histórias *cis*-atlânticas no início do período moderno (e para além) se elas se concentram em unidades de análise menores e recortes temporais menos extensos.

A história *cis*-atlântica pode superar divisões artificiais, mas duradouras entre histórias normalmente distintas umas das outras, interna e externa, doméstica e estrangeira, nacional e imperial. O surgimento da história nacionalista no século XIX coincidiu com a invenção de histórias extranacionais, seja uma história diplomática ou da expansão imperial. As fronteiras entre tais histórias permaneceram, em sua maioria, impermeáveis até recentemente, ou até o surgimento do multilateralismo pós-guerra, da descolonização e da criação de federações transnacionais, ao lado do sentimento separatista em um nível subnacional, que, juntos, ajudaram a dissolver algumas dessas fronteiras. Narrativas maiores de desenvolvimento histórico podem ser mais difíceis de desalojar. Por exemplo, os processos implicados no uso dos rótulos “primeira modernidade” na história europeia e “colonial” nas histórias da América britânica ou espanhola são distintos: “primeira modernidade” implicava um movimento em direção à modernidade, enquanto “colonial” denotava subordinação dentro de um império que precederia a independência e a aquisição dos status de nação e Estado. O rótulo de “primeira modernidade” raramente, se é que alguma vez, foi aplicado à história da América Latina, e as tentativas de encorajar a substituição de “colonial” por “primeira modernidade” na história norte-americana não foram inteiramente bem-sucedidas. A incompatibilidade de tais “narrativas mestras” tem sido especialmente debilitadora em estudos do período chamado, variavelmente, de “primeira modernidade” e “colonial”; principalmente porque tem obscurecido continuidades entre processos normalmente colocados de maneira separada, como o processo de formação do Estado nacional dentro da Europa e a formação dos impérios para além dela (Armitage, 1999, p. 427-445). Assim como as comparações possíveis através da história *trans*-atlântica, também a história *cis*-atlântica confronta tais separações ao insistir nos aspectos comuns e ao estudar os efeitos locais dos movimentos oceânicos.

¹² Tradução livre (N. da T.).

A história cis-atlântica, nesse nível local, pode ser mais frutífera quando aplicada a lugares mais claramente transformados por suas ligações atlânticas: cidades e vilas portuárias. Por exemplo, a economia da cidade de Bristol passou de uma dependência do comércio de vinho no século XV, para se concentrar em produtos básicos do Atlântico no século XVII. Isto envolveu não apenas uma reorientação radical de leste para oeste, e da Europa para as Américas, mas também levantes na ordem social, na disposição do espaço cultural e na distribuição de poder (Sacks, 1991). Transformações similares podem ser traçadas em outros assentamentos ao redor da bacia atlântica, seja nas costas europeias ou africanas, nas cidades caribenhas ou ao longo da costa ocidental da América do Norte. Pontos entrecruzados dentro do mundo atlântico, por exemplo, ganharam novo significado quando as rivalidades entre impérios aumentaram e comunidades políticas locais tiraram vantagem dessa competição para suas alianças, como entre os índios Kuna do istmo de Darién (Gallup-Diaz, 1999). Em qualquer lugar onde as populações locais se encontravam ou se chocavam com estrangeiros (nem sempre europeus), “meios-termos” de negociação e contestação como este surgiram, e que não teriam existido se não fosse pela circulação e competição criadas pelo alargamento das conexões dentro do sistema atlântico (White, 1991). Da mesma maneira, novas economias surgiram para suprir novas demandas, seja através do grosso da exportação do sistema de *plantation* do Mediterrâneo para as Américas nos séculos XVI e XVII, ou um surgimento mais orgânico por uma gradual especialização, como a dos produtores de vinho da Madeira no século XVIII, que criaram seus lendários vinhos em resposta direta ao gosto dos consumidores (Hancock, 2000, p. 105-153).

O maior potencial para a história cis-atlântica pode estar na história de lugares ainda maiores que cidades, istmos ou ilhas, ou seja, nas histórias das nações e Estados voltados para o Oceano Atlântico. As histórias dos três reinos da Grã-Bretanha e da Irlanda, no início do período moderno, nos fornecem um importante conjunto de comparações interligadas. A abordagem cis-atlântica (ainda que não sob esta denominação) caracterizou a escrita da história da Irlanda desde a década de 1930, quando historiadores como G.A. Hayes McCoy e David Beers Quinn começaram a colocar a história irlandesa dentro do contexto de expansão para o oeste (Ohlmeyer, 1999, p. 446-462). Uma linha mais recente na historiografia irlandesa tem, inversamente, ressaltado as similaridades entre o lugar da Irlanda dentro de uma monarquia britânica composta e a situação de outras províncias, como a Boêmia, dentro dos impérios europeus e monarquias compostas contemporâneas. Certamente, a Irlanda era parte dos padrões pan-europeus de confessionalismo,

militarização e formação do Estado nacional, mas ela compartilhou experiências igualmente com outras colônias atlânticas britânicas que, somadas, a definiram como uma “unidade política semiatlântica, com algumas características tanto do Novo Mundo quanto do Velho” (Morgan, 1991-1992, p. 50-55; Gillespie, 1993, p. 152). De modo similar, também a Escócia aparece agora menos como uma “província cultural” da Inglaterra do que como uma nação atlântica, ainda que uma nação que ponderasse as alternativas de migração e comércio com a Europa do norte em relação às novas oportunidades oferecidas pelos empreendimentos a oeste (Landsman, 1999, p. 463-475; Landsman, 2001). Desde o início do século XVII, seus habitantes buscaram, de modo intermitente, “novas” Escócias nas Américas, mesmo que se tenha afirmado que alguns presbiterianos ingleses em 1638 tivessem buscado uma “América na Escócia” mais tolerante em termos religiosos, durante a Guerra dos Bispos (Clotworthy, 1992 [1638]). Ao final do século XVIII, mesmo as terras altas escocesas estavam profundamente entrelaçadas dentro da política econômica do mundo atlântico, na medida em que a exportação de soldados para os exércitos imperiais britânicos se tornou “simplesmente uma das economias especializadas que emergiu da inclusão da região dentro do império – o equivalente gaélico ao comércio de tabaco de Glasgow” (MacKillop, 2000, p. 241).

Os ingleses foram atlanticistas precoces e entusiásticos em comparação com os irlandeses e escoceses, mas uma história cis-atlântica da Inglaterra na primeira modernidade ainda permanece como a menos desenvolvida de todas aquelas que podem ser aplicadas aos três reinos. Isso se torna ainda mais curioso uma vez que muitas das características definidoras da primeira modernidade na Inglaterra uniam processos dentro da própria Inglaterra àqueles do mundo atlântico.

Temos hoje, por exemplo, uma imagem muito mais clara do que antes das continuidades entre migrações internas e externas, de modo que podemos ver a migração para o mundo atlântico (e muitas vezes dentro dele) como a extensão da mobilidade interna à Inglaterra, especialmente na medida em que esta era canalizada através de portos-chave como Londres e Bristol no século XVII (Clark, 1987; Canny, 1994; Games, 1999; Games, 2002, p. 31-68). A política é suscetível da mesma análise. Como argumentou recentemente o autor Michael Braddick, o Estado inglês nesse período colonizou dois tipos de espaços simultaneamente, pela intensificação de sua autoridade sobre a própria Inglaterra e pela extensão dessa autoridade sobre territórios muito além da Inglaterra. A necessidade de cooptar as elites locais para garantir simbolicamente a autoridade provou ser um problema comum em ambas as arenas (Braddick, 2000, p. 397-419; Braddick, 2002,

p. 93-112). De modo similar, a criação de uma economia atlântica não foi simplesmente uma questão de encontrar novos mercados no exterior, mas também envolveu a crescente implicação da economia doméstica nas trocas atlânticas, mesmo antes da revolução comercial do século XVIII. As dimensões deste envolvimento no comércio atlântico ainda precisam ser investigadas nos níveis mais íntimos de cidades, vilas e até mesmo domicílios. A história cis-atlântica terá, portanto, que abarcar tanto a mais ampla extensão do Estado inglês quando o mais íntimo foco da esfera doméstica. Ao tratar cada problema como parte de uma mesma experiência atlântica em desenvolvimento, poderá ser possível fornecer relatos das relações entre o Estado, o mercado e a família mais complexos e persuasivos do que o que se fez até então.

Braudel nos advertiu que “o Mediterrâneo histórico parece ser um conceito de infinita expansão” e se questionou em voz alta: “Mas quão longe no espaço se justifica a sua extensão?” (Braudel, 1973, p. 167). Pode-se fazer o mesmo questionamento sobre o Atlântico e sobre a história atlântica. A história circum-atlântica parece não se estender para além das costas do oceano; e, portanto, assim que saímos do sistema de circulação do Atlântico em si, entramos em uma série de histórias cis-atlânticas. A história trans-atlântica combina tais histórias cis-atlânticas em unidades comparativas; as possibilidades de combinação são inúmeras, mas não infinitas, porque a adjacência ao Atlântico determina as possibilidades de comparação. As histórias cis-atlânticas, ainda que superficialmente as mais precisamente unidas, podem, de fato, ser as de maior extensão: tais histórias se projetaram profundamente nos continentes da costa circum-atlântica, na mesma profundidade que bens, ideias e pessoas circulavam dentro do sistema atlântico. Histórias cis-atlânticas de regiões completamente interiores seriam então possíveis.

Os três conceitos de história Atlântica aqui delineados não são excludentes, mas se reforçam. Em conjunto, eles oferecem a possibilidade de uma história tridimensional do mundo atlântico. Uma história circum-atlântica se basearia nos frutos de várias histórias cis-atlânticas, gerando comparações entre elas. A história trans-atlântica pode ligar essas histórias cis-atlânticas devido à existência de um sistema circum-atlântico. A história cis-atlântica, por sua vez, alimenta as comparações trans-atlânticas. Este conjunto de histórias em “fertilização cruzada” pode mostrar que a história atlântica é a única história oceânica que possui estas três dimensões conceituais, porque talvez seja a única que pode ser interpretada ao mesmo tempo a partir de um recorte transnacional, internacional e nacional. Comparações globais entre diferentes histórias oceânicas ainda não foram sequer imaginadas, mas devem ser centrais para qualquer história oceânica futura.

A história atlântica ainda não foi morta por milhares de manuais como aconteceu com outros campos de estudo. Ela ainda não possui um consenso canônico de problemas, eventos ou processos. Não segue um método ou prática comuns. A história atlântica começou, inclusive, a escapar produtivamente das fronteiras da primeira modernidade (entre 1492-1815), dentro da qual ela tem sido mais usualmente confinada. Como o próprio Atlântico, o campo é fluido, em movimento e potencialmente sem fronteiras, dependendo do modo como é definido. Isto faz parte de seu atrativo, mas é também uma de suas desvantagens. É improvável que ela substitua as tradicionais histórias nacionais, e irá competir com outras formas de histórias transnacionais e internacionais. Contudo, como um campo que liga histórias nacionais, facilita a comparação entre elas e abre novos campos de estudo ou amplia o foco de questionamentos já consolidados, certamente este tipo de história apresenta mais oportunidades do que desvantagens. A história atlântica – seja circum-atlântica, trans-atlântica ou cis-atlântica – impulsiona os historiadores em direção a um pluralismo metodológico e horizontes mais amplos. Isto é certamente o máximo que se pode esperar de qualquer campo emergente.

Referências

- ARMITAGE, D. 1999. Greater Britain: A Useful Category of Historical Analysis? *American Historical Review*, **104**(2):427-45. <http://dx.doi.org/10.2307/2650373>
- ARMITAGE, D. 2002. The Declaration of Independence and International Law. *William and Mary Quarterly*, **59**(1):39-54. <http://dx.doi.org/10.2307/3491637>
- ARMITAGE, D. 2001. The Red Atlantic. *Reviews in American History*, **29**(4):479-86. <http://dx.doi.org/10.1353/rah.2001.0060>
- ARNOLD, C.H. 1781. *The New and Impartial History of North and South America, and of the Present Trans-Atlantic War*. London, Alex Hogg, 276 p.
- BAILYN, B.; CLIVE, J.C. 1954. England's Cultural Provinces: Scotland and America. *William and Mary Quarterly*, **11**(2):200-213. <http://dx.doi.org/10.2307/1922039>
- BAILYN, B. 1996. The Idea of Atlantic History. *Itinerario*, **2**(1):19-44. <http://dx.doi.org/10.1017/S0165115300021513>
- BENTHAM, J. 1776. Short Review of the Declaration. In: J. LIND; J. BENTHAM, *An Answer to the Declaration of the American Congress*. London, T. Cadell in the Strand; J. Walter Charingcross; and T. Sewell, near the Royal Exchange, p. 119-132.
- BENTHAM, J. 1996 [1780-1789]. *An Introduction to the Principles of Morals and Legislation*. Oxford, Clarendon Press, 378 p.
- BRADDICK, M. 2002. Civility and Authority. In: D. ARMITAGE; M.J. BRADDICK (eds.), *The British Atlantic world, 1500-1800*. New York, Palgrave Macmillan, p. 93-112.
- BRADDICK, M. 2000. *State Formation in Early Modern England, 1550-1700*. Cambridge, Cambridge University Press, 455 p.
- BRAUDEL, F. 1973. *The Mediterranean and the Mediterranean World in the Age of Philip II*. London, Collins, vol. 1, 1375 p.

- CANNY, N. 1994. English Migration into and across the Atlantic during the Seventeenth and Eighteenth Centuries. In: N. CANNY (ed.), *Europeans on the Move: Studies on European Migration, 1500-1800*. New York/Oxford, Clarendon Press/Oxford University Press, p. 39-75.
- CANNY, N. 1999. Writing Atlantic History, or, Reconfiguring the History of Colonial British America. *Journal of American History*, **86**:1106-1107.
- CHAUNU, H.; CHAUNU, P. 1955-1959. *Seville et l'Atlantique, 1504-1650*. Paris, Armand Colin, 8 vols.
- CLARK, P. 1987. Migration in England during the Late Seventeenth and Early Eighteenth Centuries. In: P. CLARK; D. SOUDEN (eds.), *Migration and Society in Early Modern England*. London, Hutchinson, p. 213-252.
- CLOTWORTHY, J. 1992 [1638]. In: K. SHARPE, *The Personal Rule of Charles I*. New Haven, Yale University Press, p. 821.
- COLLEY, L. 1992. *Britons: Forging the Nation, 1707-1837*. New Haven, Yale University Press, 429 p.
- CUNLIFFE, B. 2001. *Facing the Ocean: The Atlantic and its Peoples, 8000 BC-AD 1500*. Oxford, Oxford University Press, 600 p.
- DU BOIS, W.E.B. 1896. *The Suppression of the African Slave-Trade to the United States of America, 1638-1870*. New York, London, Longmas, Green and Co., 335 p.
- ELLIOTT, J.H. 1991. *National and Comparative History*. Oxford, Clarendon Press, 29 p.
- ELLIOTT, J.H. 1992. A Europe of Composite Monarchies. *Past and Present*, **137**(1):48-71. <http://dx.doi.org/10.1093/past/137.1.48>
- ELLIOTT, J.H. 1994. *Britain and Spain in America: Colonists and Colonized*. Reading University of Reading, 23 p.
- ELLIOTT, J.H. 1996. Empire and State in British and Spanish America. In: S. GRUZINSKY; N. WACHTEL (eds.), *Le Nouveau Monde - Mondes Nouveaux: L'expérience américaine*. Paris, Edition Recherche sue les Civilisations, p. 365-382.
- ELLIOT, J.H. 1998. *Do the Americas Have a Common History? An Address*. Providence, John Carter Brown Library, 51 p.
- ELTIS, D. 1999. Atlantic History in Global Perspective. *Itinerario*, **23**:142.
- EVANS, E.E. 1996. *Ireland and the Atlantic Heritage: Selected Writings*. Dublin Lilliput Press, 268 p.
- FLYNN, D.O.; GIRÁLDEZ, A. 1995. Born with a "Silver Spoon": The Origin of World Trade in 1571. *Journal of World History*, **6**:201-221.
- GALLUP-DIAZ, I. 1999. *'The Door of the Seas and the Key to the Universe': Indian Politics and Imperial Rivalry in the Darién, 1640-1750*. Princeton, EUA. Tese de Doutorado. Princeton University, 363 p.
- GAMES, A. 2002. Migration. In: D. ARMITAGE; M.J. BRADDICK (eds.), *The British Atlantic world, 1500-1800*. New York, Palgrave Macmillan, p. 31-68.
- GAMES, A. 1999. *Migration and the Origins of the English Atlantic World*. Cambridge, Harvard University Press, 368 p.
- GILLESPIE, R. 1993. Explorers, Exploiters and Entrepreneurs: Early Modern Ireland and its Context, 1500-1700. In: B.J. GRAHAM; L.J. PROUDFOOT (eds.), *An Historical Geography of Ireland*. London, Academic Press, p. 123-157.
- GILROY, P. 1993. *The Black Atlantic: Modernity and Double Consciousness*. Cambridge, Harvard University Press, 261 p.
- GODECHOT, J.; PALMER, R.R. 1955. Le problème de l'Atlantique du XVIIIème siècle. In: International Congress of Historical Sciences, Florence, *Relazioni*, **5**:173-239.
- GODECHOT, J. 1947. *Histoire de l'Atlantique*. Paris, Bordas, 364 p.
- GOULD, E.H. 2000. *The Persistence of Empire: British Political Culture in the Age of the American Revolution*. Chapel Hill, The University of North Carolina Press, 288 p.
- GRAZIA, V. de. [s.d.]. *The White Atlantic: American Market Culture in the Making of Twentieth-Century Europe*. Cambridge. [Texto inédito].
- GREENE, J.P. 1986. *Peripheries and Center: Constitutional Development in the Extended Politics of the British Empire and the United States, 1607-1788*. Athens, University of Georgia Press, 274 p.
- HANCOCK, D. 2000. 'A Revolution in the Trade': Wine Distribution and the Development of the Infrastructure of the Atlantic Market Economy, 1703-1807. In: J.J. McCUSKER; K. MORGAN (eds.), *The Early Modern Atlantic Economy*. Cambridge, Cambridge University Press, p. 105-153.
- HAYES, C.J.H. 1946. The American Frontier - Frontier of What? *American Historical Review*, **51**(2):199-216. <http://dx.doi.org/10.2307/1839579>
- HOWE, D.W. 1993. *American History in an Atlantic Context*. Oxford, Oxford University Press, 24 p.
- JAMES, C.L.R. 1938. *The Black Jacobins: Toussaint L'Ouverture and the San Domingo Revolution*. New York, Dial Press, 328 p.
- JEFFERSON, T. 1907. Thomas Jefferson to James Monroe, 24 October 1823. In: A.E. BERG (ed.), *The Writings of Thomas Jefferson*. Washington, DC., The Thomas Jefferson Memorial Association, vol. 15, p. 477.
- JEFFERSON, T. 1982 [1785]. *Notes on the State of Virginia*. Chapel Hill, The University of North Carolina Press, 342 p.
- KIDD, C. 1999. *British Identities before Nationalism: Ethnicity and Nationhood in the Atlantic World, 1600-1800*. Cambridge, Cambridge University Press, 302 p.
- KLEIN, H. 1967. *Slavery in the Americas: A Comparative Study of Virginia and Cuba*. Chicago, University of Chicago Press, 270 p.
- KRAUS, M.K. 1949. *The Atlantic Civilization: Eighteenth-Century Origins*. New York, Cornell University Press, 334 p.
- LANDSMAN, N.C. 1999. Nation, Migration, and the Province in the First British Empire: Scotland and the Americas, 1600-1800. *American Historical Review*, **104**(2):463-475. <http://dx.doi.org/10.2307/2650375>
- LANDSMAN, N.C. (ed.). 2001. *Nation and Province in the First British Empire: Scotland and the Americas, 1600-1800*. Lewisburg, Bucknell University Press, 292 p.
- LANGLEY, L.D. 1996. *The Americas in the Age of Revolution, 1750-1850*. New Haven, Yale University Press, 374 p.
- LEWIS, M.W. 1999. Dividing the Ocean Sea. *Geographical Review*, **89**(2):188-214. <http://dx.doi.org/10.2307/216086>
- LEWIS, M.W.; WIGEN, K. 1997. *The Myth of Continents: A Critique of Metageography*. Berkeley, University of Carolina Press, 383 p.
- LINEBAUGH, P.; REIDIKER, M. 2000. *The Many-Headed Hydra: Sailors, Slaves, Commons, and the Hidden History of the Revolutionary Atlantic*. Boston, Beacon Press, 433 p.
- MACKILLOP, A. 2000. *'More Fruitful than the Soil': Army, Empire and the Scottish Highlands, 1715-1815*. East Linton, Tuckwell, 290 p.
- MANCKE, E. 2000. Empire and State. In: D. ARMITAGE; M.J. BRADDICK (eds.), *The British Atlantic world, 1500-1800*. New York, Palgrave Macmillan, p. 175-195, 280-284.
- MARX, K.; ENGELS, F. 1998 [1848]. *The Communist Manifesto*. London.
- MEINIG, D.W. 1986. *Atlantic America, 1492-1800*. New Haven, Yale University Press, 4 vols.

- MORGAN, H. 1991-1992. Mid-Atlantic Blues. *Irish Review*, **11**:50-55.
- MURRIN, J. 1987. A Roof without Walls: The Dilemma of American National Identity. In: R. BEEMAN; S. BOTEIN; E. C. CARTER III (eds.), *Beyond Confederation: Origins of the Constitution and American National Identity*. Chapel Hill, University of North Carolina Press, p. 333-348.
- O'ROURKE, K.H.; WILLIAMSON, J.G. 1999. *Globalization and History: The Evolution of a Nineteenth-Century Atlantic Economy*. Cambridge, MIT Press, 343 p.
- O'ROURKE, K.H. 2000. *When Did Globalization Begin?* Cambridge, Cambridge University Press (National Bureau of Economic Research), 6 vol.
- OHLMEYER, J. 1999. Seventeenth-Century Ireland and the New British and Atlantic Histories. *American Historical Review*, **104**(2):446-62. <http://dx.doi.org/10.2307/2650374>
- PALMER, R.R. 1959-1963. *The Age of the Democratic Revolution: Vol. 1: The Challenge; Vol. 2: The Struggle*. Princeton, Princeton University Press, 584 p.
- PEARSON, M. N. 1987. Introduction. In: A. DAS GUPTA; M.N. PEARSON (eds.), *India and the Indian Ocean, 1500-1800*. Calcutta, Oxford University Press.
- ROACH, J. 1996. *Cities of the Dead: Circum-Atlantic Performance*. New York, Columbia University Press, 328 p.
- RODGERS, D.T. 1998. *Atlantic Crossings: Social Politics in a Progressive Age*. Cambridge, Belknap Press of Harvard University Press, 634 p.
- ROYSTER, C. 1984. Founding a Nation in Blood: Military Conflict and American Nationality. In: R. HOFFMAN; P.J. ALBERT (eds.), *Arms and Independence: The Military Character of the American Revolution*. Charlottesville, University Press of Virginia, p. 25-49.
- SACKS, D.H. 1991. *The Widening Gate: Bristol and the Atlantic Economy, 1450-1700*. Berkeley, University of Carolina Press, 464 p.
- SILK, M. 1984. Notes on the Judeo-Christian Tradition in America. *American Quarterly*, **36**(1):65-85. <http://dx.doi.org/10.2307/2712839>
- SMITH, A.S. 1976 [1776]. *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*. Oxford, Clarendon Press, vol. 1.
- TANNENBAUM, F. 1946. *Slave and Citizen: The Negro in the Americas*. New York, A.A. Knopf, 128 p.
- WATSON, R. 1780. *A Sermon Preached before the University of Cambridge, on Friday, February 4th, 1780*. Cambridge, Printed by J. Archdeacon; for J. Deighton; and sold by Messrs. Rivington, J. Beecroft, T. Cadell, H. Payne, and T. Evans, 16 p.
- WHELAN, K. 1993. The Green Atlantic: Radical Reciprocities between Ireland and America, 1776-1815. In: K. WILSON (ed.), *Crossings: The New Imperial History*. Cambridge, Cambridge University Press, p. 216-238.
- WHITE, R. 1991. *The Middle Ground: Indians, Empires and Republics in the Great Lakes Region, 1650-1815*. Cambridge, Cambridge University Press, 544 p.
- WILKES, J. 1805. The Observer (25 November, 1779). In: J. ALMON (ed.), *The Correspondence of the Late John Wilkes, with His Friends*. London, Printed for R. Philips, by T. Gillet, vol. 5, 286 p.
- WILLIAMS, E. 1944. *Capitalism and Slavery*. London, University of North Carolina Press, 285 p.

Submetido: 12/02/2014

Aceito: 24/03/2014

David Armitage
Harvard University
Department of History
202 Robinson Hall
02138, Cambridge, MA, EUA